



ISSN: 1988-2629. No. 11. Nueva Época. Septiembre-Noviembre, 2012

A TV portuguesa à procura de cumprir uma promessa de participação¹

Felisbela Lopes²
Luís Miguel Loureiro
Ivo Neto
Fábio Ribeiro

Resumo

O presente artigo parte de um questionamento do que designamos a *promessa de participação*. Se há, de facto, um discurso recorrente sobre as novas tecnologias da comunicação e da informação, dele faz certamente parte um refrão discursivo, intensamente repetitivo, que não cessa de prometer uma acessibilidade generalizada à informação em circulação global, que comporta em si, e convoca, a possibilidade de uma nova cidadania de largo espectro social e político, promotora da realização do que autores como Pierre Lévy vêm designando como a *ciberdemocracia*.

Trata-se de uma promessa que, notaremos, se renova a cada nova vaga tecnologicamente induzida, tendo tomado de assalto a produção discursiva de esferas públicas tão diversas (e, ao mesmo tempo, tão intercomunicantes) como a política, a social, a económica ou a académica. Tem-nos surgido, assim, renovada nos discursos sobre a *convergência dos media* que inclui, concomitantemente, a formulação do que designaríamos o *ecrã convergente*, para o qual tenderão os ecrãs que quotidianamente utilizamos e com os quais, de algum modo, interagimos. Entre os quais se conta, obviamente, o ecrã televisivo.

A partir de um estudo teórico do ecrã televisivo e de um *corpus* empírico constituído a partir dos programas de canais de informação da televisão portuguesa, pretendemos indagar a verificação, ou não, dessa *convergência* como *participação*. Aquilo para que os nossos dados apontam é, contudo, uma lógica de resistência da *centralidade* do ecrã televisivo, que retém institucionalmente, e atrai para si, as lógicas e recursos socio-semióticos de controlo da produção da mensagem, mantendo-se fiel a um modelo de *broadcasting*, de *sequência e fluxo* centrados, tal como formulado nos anos 1970 nos trabalhos de Raymond Williams. Ainda distante da concretização da *promessa da participação*, este ecrã está longe de poder integrar as desejosas formulações da *convergência*, revelando-se, antes, como *ecrã centrípeto*.

Palavras-chave

Informação televisiva, espaço público, telespectadores, *empowered users*, participação, cidadania digital.

¹ Artigo escrito no âmbito do projecto “jornalismo televisivo e cidadania: os desafios da esfera pública digital” (FCT PTDC/CCI-JOR/099994/2008).

² Equipa de Investigadores do Centro de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Abstract

This article questions what we can call the *promise of participation*. Its assumptions are based on the current dominant discourses on the new technologies of information and communication. We will note that such discourses keep elaborating on a constantly self-repeating refrain that never ceases to *promise* wide access and open possibilities of direct individual intervention in the global informational contents and debates, feeding the prospects of new digital forms of political and social citizenship able to promote what philosopher Pierre Lévy calls *cyberdemocracy*.

This *promise* is renewed by each new wave of technological buzz. It simultaneously takes by storm the discursive mainstream of public spheres such as the political, the social, the economic context or the academic, emerging through conceptual frames such as *media convergence*. These public debates often include the conceptualization of what we can sum up as the *convergent screen*, to which should converge the technological screens that we use on our daily lives, and with which we interact. Among them, of course, there is the television screen.

We base this article on a thorough study of the television screen that is both theoretical and empirical: it focuses on an analysis of the screen as an apparatus and works on data from Portuguese news channels' broadcasts to verify or deny the fulfillment of the *promise* through audience *participation* manifestations. Our conclusions will nonetheless point out a reiterated confirmation of the institutional strength of the television apparatus. Despite the constant technological developments that, along with the digitalization processes, suggest a whole new set of interactive possibilities, the television screen shows clear signs of control resistance by keeping its longtime built social and institutional *centrality*. It tends to concentrate and attract the main socio-semiological resources of production control and retains the Raymond Williams' old defined *broadcasting* features of centralized *sequence* and *flow*. This television screen emerges then not as the *convergent* one that would fulfill the *promise of participation*, but as one we will call the *centripetous screen*.

Keywords

Television news, public sphere, TV viewers, *empowered users*, participation, digital citizenship.

1. A promessa de participação: do ecrã convergente ao ecrã centrípeto

Indiferente a um constante adiamento das suas efectivas condições de concretização como *ideia de política* (Miranda, 1997: 40), uma reiterada *promessa de participação* vem-se apresentando à contemporaneidade como palavra-chave da *sociedade (dita) da informação*. No seu recorrente uso, como refrão discursivo que emerge da fraseologia dominante acerca de ecossistemas mediáticos aceleradamente modificados no sentido da progressiva diluição da fronteira entre emissores e receptores (ecossistemas postos, assim, em movimento *convergente*, pela acção e pelos efeitos conjugados das novas tecnologias da comunicação e das forças do mercado), a *promessa de participação* surge como horizonte desejado de um processo de abertura a novos modos de exercício da cidadania, que se apresentam invariavelmente decorados pelas promessas de renovação da própria democracia: o que a *participação digital*, potenciada pela *libertação da palavra* (Lévy, 2003: 56-65), promete é a nova *ágora*: uma comunidade política de indivíduos livres e autónomos, comprometidos

individualmente nessa comunidade, ligados *na e pela rede* (Castells, 2004: 197). Diríamos, em resumo, que, transposta e potenciada por uma *cultura de convergência* (Jenkins, 2006: 256), a *participação* é pré-condição essencial à formulação política do novo sujeito tecnologicamente integrado, capaz de agir a partir da sua (tele)presença em renovadas micro-esferas públicas, elaborando-se como pano de fundo de uma *nova cidadania digital* (Rosas, 2010: 117-127) e de uma *inteligência colectiva de carácter universalizante* (Lévy, 2003: 175-182).

Sucede, porém, que, para se verificar, uma tal *promessa de participação* tem de convocar, em simultâneo, os dispositivos³ que a operacionalizam e esses resumem-se, na conversa tecnológica contemporânea, ao que descreveremos como o *ecrã convergente*. Não estaremos, contudo, a falar também, muito mais, de um futuro desejado pela libido tecnologizante mercadológica do que, propriamente, de uma concretização empírica social?

Assumindo as naturais limitações metodológicas, propomos, no presente estudo, uma circunscrição da nossa análise ao ecrã televisivo, deixando por explorar noutra oportunidade, considerações mais gerais sobre a *convergência* tecnológica e a sua efectualidade nos diversos ecrãs.

Apesar de, à superfície, se assumir a aparência de uma evolução no sentido integrador do *receptor-utilizador*, o dispositivo digital, analogicamente configurado, que elabora socialmente o ecrã televisivo contemporâneo, mantém um conjunto de características sociotécnicas que só excepcionalmente o poderão definir como ‘interactivo’⁴. Será relativamente incontroversa a noção de que, apesar de toda a panóplia de novas *potencialidades* tecnológicas, o *zapping* síncrono e a possibilidade de dessincronização decorrente da gravação de programas permanecem como modos preferenciais de intervenção do receptor sobre os conteúdos programáticos de som e de imagem que lhe chegam (Uricchio, 2004: 171)⁵. A emissão é ainda fornecida como *fluxo* contínuo de conteúdos sobre o qual este *receptor-espectador* possui, assim, poucas ou nenhuma possibilidades de intervenção efectiva, limitando-se a pouco mais do que meros actos de ligação ou desligação. Diríamos, assim, que, pelo uso do comando à distância e de outras ferramentas técnicas de interrupção do fluxo, esse espectador-*zapper* é investido,

³ O dispositivo pertence primordialmente à ordem da técnica. O dicionário online Priberam, da Texto Editores, refere que a palavra em Português tem a sua origem no latim *dispositivo*, e remete para o “*que dispõe; que contém ordem ou prescrição*”, sendo um “*mecanismo disposto para se conseguir certo fim em vista*”. O número 25 da revista *Hermès*, editado pelo CNRS, Centro Nacional de Pesquisa Científica francesa, em 1999, reúne e reflecte sobre alguns dos contributos mais significativos produzidos nas últimas décadas sobre o assunto. Partindo das ideias de Michel Foucault, que considerava que “*o dispositivo é, ele mesmo, a rede que podemos estabelecer entre os elementos*” (Foucault *apud* Peeters & Charlier, 1999: 16), o campo teórico do conceito de *dispositivo* tem-se vindo a elaborar no sentido da incorporação de uma dimensão técnica nos fenómenos sociais (Peeters & Charlier, 1999: 16). Constitui-se como “*o conjunto de meios postos ao serviço de uma estratégia, de uma acção definida e planificada com vista à obtenção de um resultado*” (Peraya, 1999: 153) ou, na concretização mais foucaultiana, porque centrada nos mecanismos de alienação, controlo social e poder, “*a relação existente entre vários elementos heterogéneos (enunciativos, arquitecturais, regulamentares, tecnológicos) que concorrem para produzir regularmente um efeito no corpo social*” (Potte-Bonneville, 2002: s/n). O dispositivo emerge, assim, como “*um modelo alternativo de acção*” (Jacquinot-Delaunay & Monnoyer, 1999: 11) onde “*o actor já não é o único detentor da capacidade de agir e de controlar a actividade e a cognição. Incarnado, divide os seus atributos com os objectos, os artefactos, os utensílios e os não-humanos em geral*” (Quérel, 1997: 1).

⁴ Queremos significar ‘interactivo’ no sentido de um dispositivo tendencialmente híbrido, promotor da anulação da separação metafísica entre sujeito e objecto, presente nas conceptualizações do dispositivo televisivo tradicional (nomeadamente, através da permanência da separação entre emissão e recepção), mesmo as que afirmam a progressiva integração e centralidade do espectador (p. ex. na *neotelevisão*). A ‘interactividade’ é uma das características a que se tem, invariavelmente, associado o *ecrã convergente* (Jenkins, 2006: 5).

⁵ O nosso ponto de vista coincide com o do investigador de *media* do MIT, William Uricchio, expresso num capítulo, de que é autor, na obra colectiva *Television After TV – Essays on a Medium in Transition* (2004, Duke University Press), em que descreve, precisamente, a instabilização, gerada por um espectador *munido de comando à distância*, da noção de fluxo programático: com o comando à distância, o controlo do fluxo iniciou o trânsito de uma situação de *domínio do programador* para uma situação de *domínio do espectador*. O que não significa, porém, como discutiremos, que a teorização sobre o *broadcasting* de Raymond Williams deva ser totalmente posta de parte ou, como arguiremos, que esse trânsito tenha significado alguma alteração radical nas relações de poder no seio do dispositivo televisivo, rompendo definitivamente a separação metafísica.

tecnicamente, de um poder eufemístico, revelando-se nele a situação paradoxal que, noutra ocasião, designámos a *história incompleta do 'empowered user'* (Lopes & Loureiro, 2011: 207-211)⁶.

Ou seja, apesar do constante e constantemente afirmado acréscimo de potencialidades tecnológicas do ecrã televisivo, será ainda demasiado cedo para que a sociologia dos *media* possa arrumar em definitivo a teorização proposta na década de 1970 por Raymond Williams, que define a programação televisiva como *broadcast*, precisamente, a partir de noções como *sequência* e *fluxo* (1990: 87-96). A televisão digital desenvolveu-se certamente como tecnologia mas, características propriamente digitais, como a *interactividade* – que, no limite, hibridizaria dispositivos dispensando os usos sociais de outros ecrãs além do televisivo, transformando esse *ecrã convergente* num horizonte sociotécnico agenciado pela internet (Negroponte, 1996: 192), produzindo alterações profundas, tanto na indústria dos conteúdos (Elmer-Dewitt *apud* Poster, 2000: 39) como na condição *passiva* de um *espectador* que deveria um *activo utilizador-produtor* –, persistem em registar uma apropriação social difusa. Continua, assim, por demonstrar uma relação causal entre as intensificadas potencialidades tecnológicas e uma constantemente prometida *mudança profunda* dos usos sociais da televisão, que se daria no sentido da *integração total* do espectador no dispositivo. A evidência científica tem demonstrado, pelo contrário, a resiliência da televisão como *instituição* (Caldwell, 2004: 43) e a persistência de um modelo de *broadcast* que se manifesta sob modos mais ou menos novos (Gripsrud, 2004: 219; Tay & Turner, 2009: 37), o que dificulta a plausibilidade dos anúncios de uma *nova era televisiva*, potenciada por um ambiente de *convergência dos media*, quando não torna mesmo improváveis as narrativas recorrentes sobre um *inevitável fim da televisão* (Caldwell, 2004: 70).

Apesar de considerarem tratar-se de um facto que passa, muitas vezes, despercebido, os investigadores australianos Jinna Tay e Graeme Turner constatarem a existência de um *alinhamento* entre algumas narrativas académicas tecnocentradas e os discursos produzidos pelo mercado sobre os modelos económicos emergentes da TV (Tay & Turner, 2009: 32). Propondo uma pesquisa aos conteúdos discursivos e às respectivas relações de origem e sincronicidade, os autores concluem tratar-se de narrativas com *especificidade geográfica*, isto é, não aplicáveis fora do contexto dos países ocidentais. E, mesmo neste contexto, Tay e Turner consideram de difícil tradução empírica o que descrevem como um certo *wishful thinking* produzido académica e economicamente em torno dos ‘futuros revolucionários da TV’ (2009: 57). De facto, poderemos remeter a estes ambientes científico-económicos *tecnocentristas* a elaboração discursiva de autores como Amanda D. Lotz que consideram necessária uma *revisão significativa* do conceito de *fluxo* de Raymond Williams, “*pelo menos, nos termos em que atribui a outrém, que não o receptor individual, o controlo do fluxo*” (Lotz, 2007: 34), propondo a ideia de que as sociedades tecnologicamente avançadas já se encontram numa *era post-network*, ao declarar ultrapassadas as redes tradicionais de televisão (Lotz, 2007: 7-8). Apesar disso, a investigadora americana reconhece a persistência de dados contraditórios, que insistem em demonstrar a prevalência de uma audiência relativamente estável nos programas de *prime-time* sobre todos os restantes modos de visionamento televisivo (Lotz, 2007: 22). A proposta de Lotz, de uma *era post-network*, perde consistência quando confrontada com o cenário europeu, no qual a emissão televisiva *broadcast* significa, não apenas, a resiliência das noções de *sequência* e *fluxo*,

⁶ Linha analítica que tomamos dos trabalhos empíricos da investigadora norte-americana Michele White que, numa série de pesquisas sobre a internet, publicadas no livro *The Body and the Screen – Theories of Internet Spectatorship* (2006, MIT Press), demonstrou o efectivo controlo de um dissimulado programador/produtor da tecnologia sobre as pretensamente livres escolhas que o utilizador/espectador realiza. Confirmaríamos, aliás, estas teses, na pesquisa *My Newscast is no Longer Ours* (2011), um estudo crítico do dispositivo *O Meu Telejornal*, disponibilizado em 2009 pelo site da estação pública portuguesa de televisão, RTP.

mas possui também significado cultural, social, institucional e político como *serviço público* – o que a vem transformando em tema recorrente de debate público, em torno de noções modernas como a do *acesso universal* (Harrison & Vessels, 2005: 835), e lhe confere uma acentuada *centralidade* nas sociedades europeias (Moe, 2008: 221). Asserções, como as do investigador norueguês Jostein Gripsrud, emergem, assim, como cientificamente mais rigorosas. A análise demonstrará que “*estamos ainda numa situação social que parece remeter para o conjunto de pré-condições para o broadcast, descritas por Raymond Williams*” (Gripsrud, 2004: 221). Podemos, pois, afirmar que o dispositivo televisivo, configurado a partir do *broadcast* tradicional, apesar de ter registado evoluções, parece resistir ainda aos continuados anúncios do seu desaparecimento.

Assim, a questão que se nos coloca é: *o que é que estamos, de facto, a ver nos ecrãs de televisão?* Assumindo a tese de um processo evolutivo que mantém, na origem, o enquadramento conceptual do *broadcast*, julgamos viável avançar com a seguinte hipótese: é possível que, como dispositivo, o ecrã televisivo contemporâneo esteja a compensar uma certa perda de centralidade social, através de um processo de metamorfose, cuja cinética intrínseca se alimenta de um magnetismo progressivo. Observado através desse campo de forças, o ecrã de televisão emerge não como participante sociotécnico de um cenário de *convergência*, mas como *ecrã centrípeta* que *atrai, acomoda e combina em si* todo o tipo de recursos espaço-temporais e socio-semióticos, de modo a assegurar a manutenção da sua *posição central* nas sociedades contemporâneas.

Não é, no entanto, apenas devido a um carácter *simulacional* – revelando-se incapaz de ser efectivamente interactivo, o ecrã fusional da televisão torna-se, contudo, capaz de *simular a interactividade* (Scolari, 2008: 7) -, que nele identificamos uma gravítica centrípeta. É, igualmente, devido ao facto de ser um ecrã que *mobiliza* o seu espectador ou, como defende Jean-Louis Missika (2006: 29), o convida constantemente *a entrar*, fazendo com que o espectador sinta que (*não está apenas no*, mas) *é*, efectivamente, *o centro*. E também porque, tal como já arguimos noutra ocasião, é um dispositivo que tende a *reunir, substituir e totalizar* uma ideia de *espaço público* (Lopes *et al*, 2011: 229, 237-238). Autorizando uma predominância do *ego* (Loureiro, 2007: 315-338), este *ecrã centrípeta*, que mantém o *broadcasting* no seu núcleo operativo, convoca, assim, o indivíduo para uma multitude de opções que incluem a possibilidade de inserção nas referências e representações comunitárias tradicionais, características de uma televisão de massas que cedo se constituiu como promessa de sincronidade e comunhão social, participação democrática e identidade partilhada (Wolton, 2000: 60-63), além de, obviamente, incluírem também as possibilidades em que se jogam as promessas modernas de autonomia e emancipação individuais.

O problema, que no presente trabalho se transforma em hipótese sob nova inquirição, é que sempre que a pesquisa questiona as promessas de *participação*, isto é, as promessas que, pela evolução dos dispositivos técnicos, afirmam a renovada possibilidade do *cidadão*, o máximo que tem encontrado é, invariavelmente, a noção de uma *falsa integração* (Lopes & Loureiro, 2011b: 149-161): no lugar do *cidadão* e dos sinais de uma participação autónoma, livre e democratizante, o ecrã devolve o *consumidor, sujeito sujeitado*, mero respondente à audiência estatística, um sujeito eufemisticamente *integrado* pela força centrípeta do dispositivo.

2. Caminhos metodológicos

Como já foi referido, procuramos aqui conhecer que tipo de participação e de integração a TV portuguesa promove dos seus telespectadores nas suas emissões de informação. Para isso, analisamos os programas emitidos nos canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e nos canais temáticos de informação (SIC Notícias, RTP Informação e TVI 24) entre as 18h00 e a 01h00, de segunda a sexta-feira. Interessa-nos perceber o que é feito a esse nível em horário de maior audiência nos dias úteis da semana, período em que a grelha televisiva mantém alguma regularidade em termos de engenharia de programação. A esta franja horária, acrescentamos a análise dos fóruns de informação dos canais temáticos, por serem espaços de participação do telespectador por excelência, embora estejam inseridos na programação de ‘daytime’.

Este trabalho insere-se num projecto mais amplo intitulado “Jornalismo televisivo e cidadania” que monitoriza a informação emitida na televisão portuguesa desde 2010 a partir de dois vectores: análise dos convidados em estúdio e análise das formas de participação dos telespectadores. Neste artigo, interessa-nos o primeiro vector, que exploramos através de um recorte temporal de seis meses, fazendo recair o estudo no eixo compreendido entre Setembro de 2011 a Março de 2012. Esse período permitiu a análise de 2691 emissões, feita através de duas variáveis: a existência ou não de integração dos telespectadores e, no caso afirmativo, apresentação das modalidades de integração colocadas à disposição dos telespectadores. Se a primeira variável compreende uma opção binária entre sim e não; a segunda variável decompõe-se em várias categoriais (telefone, mail, blogues e redes sociais) que não necessitam de ser exaustivas dada a escassez de programas que abrem essa possibilidade (apenas 518 das 2691 emissões integraram o telespectador no respectivo alinhamento) e a pouca diversidade de modalidades de integração.

3. Uma TV que não promove uma aproximação com os seus espectadores

Não é muito expressiva a vontade dos canais portugueses em fomentar a integração dos telespectadores. Pelo contrário. No que diz respeito à TV generalista, apenas encontramos canais de participação na RTP1 e em número muitíssimo reduzido. A estação generalista de serviço público faz isso ao nível da programação semanal em formatos de debate que são emitidos de forma regular (‘Prós e Contras’ e ‘Serviço de Saúde’) ou em momentos em que emerge uma noticiabilidade atípica que justifica uma determinada emissão (‘Especiais Informação’). O telefone, o mail e as redes sociais são os meios mais utilizados para chamar os telespectadores a pronunciarem-se sobre determinada questão. Por norma, trata-se de uma solicitação pontual, circunscrita a um assunto e integrada numa pequena parte das emissões.

Nos canais temáticos de informação, também não se encontra uma preocupação assinalável com espectadores. O canal que mais incentiva a integração daqueles que seguem o que vai para o ar é a RTP Informação, com 29 por cento das emissões abertas àquilo que o público quer dizer. Na TVI 24 a percentagem é de 22.2 por cento e na SIC Notícias desce para 18.2 por cento.

Quadro 1: Integração dos telespectadores nas emissões informativas da TV portuguesa

Canal	Sim	Não	Total
RTP1	9	241	250
SIC	0	93	93
TVI	0	93	93
RTP N/ Informação	184	449	633
SIC Notícias	165	739	904
TVI 24	160	558	718
Total	518	2173	2691

O primeiro canal de informação português, a SICN, parece, na verdade, subvalorizar qualquer diálogo efectivo com a respectiva audiência, na medida em que a maioria dos programas se faz em estúdios completamente fechados à participação daqueles para quem dirigem os respectivos conteúdos. Estamos aqui ao nível de um modelo de televisão unidireccional em que a redacção toma conta do alinhamento de uma emissão, quase sem deixar margem para uma participação externa.

Na TVI 24, contam-se mais programas abertos aos espectadores, notando-se aí uma concentração de formatos de debate ligados ao futebol, uma temática que favorece reacções emocionais que facilmente se juntam umas às outras, sem necessitar de intervenções muito construídas. A esse nível, quem produz as emissões não encontrará muitos obstáculos em abrir canais de participação e os espectadores não terão, por certo, dificuldades em dar o seu contributo para a discussão em curso. Progredindo por discursos que poderão apresentar-se algo desarticulados, mas que se agregam uns aos outros por serem pronunciados pela mesma tribo (os adeptos de um clube ou de uma selecção), esses programas constituem-se como espaços mais propícios à participação de espectadores de perfil diferenciado, mas que estão ali ligados uns aos outros por uma espécie de cola de mundo que é o seu interesse pelo futebol.

Na RTP Informação, a grelha de programas aberta à participação é mais diversificada, embora não seja muito extensa. No entanto, vêem-se aí formatos ligados a vários campos (política, justiça, desporto, economia...), o que poderá querer reflectir uma vontade de atrair públicos variados.

Quadro 2: Programas que promovem a integração dos telespectadores

Nome do Programa	Canal	Número de Emissões
Especial Informação	RTP1	1
Prós e Contras	RTP1	4
Serviço de Saúde	RTP1	4
À Noite das Notícias	RTPN/RTP Informação	38
Antena Aberta	RTPN/RTP Informação	89
Contra-Análise	RTPN/RTP Informação	1
Directo do Assunto	RTPN/RTP Informação	1
Dublin 2011	RTPN/RTP Informação	1
Dublin 2011 - Porto Honra	RTPN/RTP Informação	1
Edição Especial	RTPN/RTP Informação	1
Especial Informação	RTPN/RTP Informação	1
Pontapé de Saída	RTPN/RTP Informação	8
Justiça Cega	RTPN/RTP Informação	3
Linha RTP	RTPN/RTP Informação	23
Mais Europa	RTPN/RTP Informação	1
Ordem do Dia	RTPN/RTP Informação	3
Trio 'Ataque	RTPN/RTP Informação	13
Dia Seguinte	SIC Notícias	14
Opinião Pública	SIC Notícias	151
À Noite do Futebol	TVI 24	2
Discurso Directo	TVI 24	141
Mais Futebol	TVI 24	7
Mais Futebol - Especial	TVI 24	1
Olhos nos Olhos	TVI 24	5
Prolongamento	TVI 24	4
Total		518

Como temos vindo a assinalar, a integração do telespectador nas emissões informativas da TV portuguesa é reduzidíssima. A que existe concretiza-se através do telefone, do mail, de peças audiovisuais, das redes sociais ou de blogs. Na TV generalista, a RTP 1 é o único canal a promover a integração do telespectador, fazendo-o através do telefone, do mail e das redes sociais, conforme o programa em causa. “Serviço de Saúde”, conduzido pela jornalista Maria Elisa, abre uma linha telefónica para quem quiser juntar-se a um debate que é feito em directo com actores do campo da saúde e com pacientes. Já o debate “Prós e Contras” opta por ir introduzindo, aqui e ali, um ou outro apontamento que chega através das redes sociais ou do e-mail.

O mail é a porta mais recorrente para os telespectadores entrarem nas emissões informativas. Não se trata propriamente de uma entrada directa nos estúdios, mas de um acesso que conduz a uma espécie de *hall* onde os contributos ficam à espera de uma oportunidade para integrarem o alinhamento. Essa integração é quase sempre marginal, concretizando-se em momentos mais apagados das emissões. A RTP Informação é o canal que mais utiliza o mail (em 22.8 por cento das emissões), a SIC Notícias é o canal que menos usa (18.2 por cento das emissões); a TVI 24 situa-se numa posição intermédia (20.1 por cento). Percorrendo os programas que mais recorrem a esta plataforma de diálogo com as audiências, encontramos uma diversidade ao nível de géneros (noticiários, fóruns, debates generalistas e temáticos) e de conteúdos (emissões de política, de futebol...), não havendo, portanto, formatos vocacionados para este tipo de integração.

Quadro 3: Plataformas de integração do telespectador em cada um dos canais analisados

Programas	Canal	Email	Telefone	Redes Sociais/ Sites/blogues	Audiovisual	Total
Especial Informação	RTP1	0	0	1	0	1
Prós e Contras	RTP1	4	0	4	0	8
Serviço de Saúde	RTP1	0	4	0	0	4
À noite as notícias	RTPN/RTP Informação	38	0	38	0	76
Antena Aberta	RTPN/RTP Informação	87	87	22	0	196
Contra Análise	RTPN/RTP Informação	0	0	0	0	0
Directo ao Assunto	RTPN/RTP Informação	1	0	0	0	1
Dublin 2011	RTPN/RTP Informação	0	0	1	0	1
Dublin 2011- Porto Honra	RTPN/RTP Informação	0	0	1	0	1
Edição Especial	RTPN/RTP Informação	0	0	0	0	0
Especial Informação	RTPN/RTP Informação	0	0	1	0	1
Pontapé de Saída	RTPN/RTP Informação	6	0	8	0	14
Justiça Cega	RTPN/RTP Informação	0	0	3	0	3
Linha RTP	RTPN/RTP Informação	0	23	18	0	41
Mais Europa	RTPN/RTP Informação	0	0	1	0	1
Ordem do Dia	RTPN/RTP Informação	0	0	3	0	3
Trio d'Ataque	RTPN/RTP Informação	13	13	4	0	30
Dia Seguinte	SIC Notícias	14	14	0	0	28
Opinião Pública	SIC Notícias	151	150	150	0	451
A Noite do Futebol	TVI 24	2	1	2	1	6
Discurso Directo	TVI 24	141	141	1	0	283
Mais Futebol	TVI 24	1	0	6	0	7
Mais Futebol- Especial	TVI 24	0	1	1	0	2
Olhos nos olhos	TVI 24	0	0	5	0	5
Prolongamento	TVI 24	0	4	0	0	4
Total		458	438	270	1	1167

O telefone é tradicionalmente o meio mais simples para criar algum diálogo entre quem está dentro e fora dos meios de comunicação social. Apesar de ser uma plataforma de integração algo estranha ao meio televisivo (uma voz que sai de uma linha telefónica é

mais propícia ao meio radiofónica), os três canais de informação usam-na em percentagens algo idênticas: 20.5 por cento na TVI 24; 19.3 por cento na RTP Informação; 18.1 por cento na SIC Notícias. O formato por excelência que mais se socorre do telefone são os fóruns, onde as chamadas telefónicas dos telespectadores se colam umas às outras, sem qualquer contraditório. Estes programas, mais do que procurar chamar o público para dentro do canal, alargando assim o debate da actualidade noticiosa, estão, acima de tudo, ao serviço de uma engenheira de programação que procura, naquele espaço, reduzir custos. Por isso, são sempre colocados em franjas de pouca audiência (meio da manhã ou da tarde), tendo como função preencher uma parte da grelha que é seguida por poucos telespectadores.

Apesar da sua progressiva expansão, a Web 2.0 tarda em chegar à televisão. As redes sociais revelam alguma dificuldade em se popularizarem na TV. Os valores para a sua utilização são extremamente baixas. Ainda que a SIC Notícias seja o canal com maior percentagem relativamente à sua utilização (16.5 por cento), a verdade é que esse resultado concentra-se basicamente no formato do fórum diário; a RTP Informação que soma aqui 15.7 por cento expande o seu uso a vários programas. A este nível, a TVI 24, no período em estudo, quase que ignora esta plataforma. No entanto, este canal de informação é o único que recorre a meios audiovisuais produzidos pelos telespectadores. Os restantes canais excluem essa possibilidade.

Notas finais

A televisão informativa da primeira década do século XXI não é uma TV dos espectadores. Embora os programas informativos sejam, em grande parte, pensados em função dos índices audimétricos que podem alcançar, a verdade é que a televisão faz-se mais *para* o público do que *com* o público televisivo. Os escassos programas que reclamam a participação dos cidadãos assumem isso mais como complemento do que como elemento estruturante do alinhamento informativo. A esse nível, não interessa muito quem diz, mas apenas parece importar que se diga alguma coisa, frequentemente sob uma identidade revelada apenas por um pouco expressivo nome próprio ou sob anonimato, estabelecendo-se aí um espaço de circulação de opinião que mais não é do que a soma de depoimentos que não suscitam qualquer debate.

As actuais potencialidades tecnológicas abrem perante o (tele)spectador a promessa de um ilusório *empowered user* que se vai construindo alicerçado na narrativa mítica da *omnipotência*, tornada modo verbal e complemento directo da promessa moderna da *omnividência*. No entanto, os *plateaux* informativos da televisão portuguesa do século XXI ainda não vêm no telespectador um elemento estruturante do seu trabalho. São escassos os programas que abrem o alinhamento à participação do público e aqueles que o fazem atiram-no para margens que pouco ou nada interferem no desenvolvimento das emissões. Confirmando as tendências observadas em estudos que anteriormente realizámos (Lopes & Loureiro, 2011; 2011b), os dados recolhidos e tratados no presente trabalho apontam para uma reiterada lógica de resistência da *centralidade* do ecrã televisivo. Trata-se de um dispositivo que retém institucionalmente, e atrai para si, as lógicas e recursos socio-semióticos de controlo da produção da mensagem, mantendo-se fiel a um modelo de *broadcasting*, de *sequência e fluxo* centrados, tal como formulado nos anos 1970 nos trabalhos de Raymond Williams. Longe da concretização da *promessa da participação*, este ecrã está

longe de poder integrar as desejosas formulações da *convergência*, revelando-se, antes, como *ecrã centrípeto*.

Se a presente hipótese se revelar consistente em futuros estudos, estaremos autorizados a afirmar que a televisão que vemos acontecer nos nossos ecrãs (tecnologicamente) digitais se comporta como uma entidade social orgânica: uma entidade que responde, no seio de *campos sociais e institucionais* dinâmicos, a um *carácter institucional* intrínseco que se revela como contínua tendência de *(re)posicionamento* nesses campos, de forma a evitar a perda do seu papel central, isto é, a perda de um determinado *capital simbólico* que adquiriu e detém (Bourdieu, 1994: 71), elaborado a partir de componentes sociais e económicas. Diremos, então, que esta *centralidade* será mantida através da combinação de um conjunto de características fragmentárias e unificadoras, que são funcionalizadas, num dispositivo intermutável, por um processo centrípeto que opera *atraindo tudo para o seu centro*. O que, como vimos, dificilmente significará uma ultrapassagem ou dissolução próxima das fundações paradigmáticas do *broadcast*, baseadas nas noções de *sequência-e-fluxo*, que lidam, precisamente, com o fundamento centrípeto do *controlo sobre a centralidade*.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. (1994), *Raisons Pratiques – Sur la Théorie de L’Action*. Paris: Editions du Seuil

CALDWELL, J. (2004), *Convergence Television: Aggregating Form and Repurposing Content in the Culture of Conglomeration*, in SPIGEL, L., OLSSON, J. (ed.). *Television After TV: Essays on a Medium in Transition*, pp. 41-74, Durham: Duke University Press

CASTELLS, M. (2004), *A Galáxia Internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GRIPSRUD, J. (2004), *Broadcast Television: the chances of its survival in a digital age*, in SPIGEL, L., OLSSON, J. (ed.). *Television After TV: Essays on a Medium in Transition*, pp. 210-223, Durham: Duke University Press

HARRISON, J.; WESSELS, B. (2005) *A new public service communication environment? Public service broadcasting values in the reconfiguring media*, in *New Media & Society Journal*, Vol. 7, pp. 834-853. London: Sage Publications

JACQUINOT-DELAUNAY, G.; MONNOYER, L. (1999), *Avant-propos : il etait une fois*, in Hermès 25, *Le Dispositif, entre usage et concept*, Paris : CNRS Editions

JENKINS, H. (2008), *Convergence Culture – Where old and new media collide*. New York: NYU Press

LÉVY, P. (2003), *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget

LOPES, F.; LOUREIRO, L. M. (2011), ‘My Newscast’ Is No Longer Ours, in *Journalism and Mass Communication*, Vol. 1, Nr. 3, pp. 201-212. El Monte, CA: David Publishing

LOPES, F.; LOUREIRO, L. M. (2011), *Da falsa integração do espectador na TV informativa*, in *Estudos em Comunicação*, n.º 10, pp. 149-161. Covilhã: Universidade da Beira Interior

LOPES, F.; LOUREIRO, L. M.; VIEIRA, P. (2011), *A perda da hegemonia da classe política nos plateaux informativos*, in *Estudos em Comunicação*, n.º 9, pp. 223-241. Covilhã: Universidade da Beira Interior

LOTZ, A. D. (2007), *The Television Will Be Revolutionized*. New York: NYU Press

LOUREIRO, L. M. (2008), *Convergência e hipermodernidade: emerge a TV do Ego*, in *Revista Prisma*, n.º 7. Porto: CETAC Media

- MIRANDA, J. A. B. (1997), *Política e Modernidade – Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*. Lisboa: Edições Colibri
- MISSIKA, J.-L. (2006), *La fin de la télévision*. Paris: Editions du Seuil.
- MOE, H. (2008), Public service media online? Regulating public broadcasters' internet services – A comparative analysis, in *Television & New Media Journal*. Vol. 9, Nr. 3, pp. 220-238. London: Sage Publications
- NEGROPONTE, N. (1996), *Ser Digital*, Lisboa: Editorial Caminho
- PEETERS, Hugues & CHARLIER, Philippe (1999), Contribution à une théorie du dispositif, in Hermès 25, *Le Dispositif, entre usage et concept*, Paris : CNRS Editions
- PERAYA, Daniel (1999), Médiation et médiatisation : le campus virtuel, in Hermès 25, *Le Dispositif, entre usage et concept*, Paris : CNRS Editions
- POSTER, M. (2000), *A Segunda Era dos Média*. Oeiras: Celta Editora
- POTTE-BONNEVILLE, M. (2002), Dispositif : Michel Foucault prêt-a-porter, in *Vacarme* 18. Acesso em 27/07/2012 : <http://www.vacarme.eu.org/article230.html>
- QUÉRÉ, L. (1997), La situation toujours négligée, in Réseaux 85, Paris : CENT. Acesso a 27/07/2012 : <http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/85/06-quere.pdf>
- ROSAS, A. (2010), O Virtual é o Real finalmente materializado, in MORGADO, I. S.; ROSAS, A., org., *Cidadania Digital*. Covilhã: Livros LabCom
- SCOLARI, C. (2008), Hacia la hipertelevisión. Los primeros síntomas de una nueva configuración del dispositivo televisivo, in *Diálogos de la Comunicación*, Nr. 77, July-Dec 2008. Acesso a 27/07/2012: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2694422
- TAY, J. and TURNER, G. (2009), Not the Apocalypse: Television Futures in the Digital Age, in *International Journal of Digital Television*, Vol. 1, Nr. 1, pp. 31-50. Bristol: Intellect
- URICCHIO, W. (2004), Television's Next Generation: Technology/Interface Culture/Flow, in SPIGEL, L., OLSSON, J. (ed.). *Television After TV: Essays on a Medium in Transition*, pp. 163-182, Durham: Duke University Press
- WHITE, M. (2006), *The Body and the Screen – Theories of Internet Spectatorship*. Cambridge MA: MIT Press
- WILLIAMS, R. (1990), *Television – Technology and Cultural Form*, 2nd. ed.. New York: Routledge
- WOLTON, D. (2000), *E Depois da Internet? Para uma Teoria Crítica dos Novos Médias*. Algés: Difel